



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR
ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
3º QUADRIMESTRE DE 2022

Janeiro a dezembro



Secretaria Municipal da Saúde



Luiz Carlos Zamarco
Secretário Municipal de Saúde

Maurício Serpa
Secretário-adjunto

Armando Luís Palmieri
Chefe de Gabinete

Assessoria Parlamentar e Gestão Participativa
Ivan Cáceres

Equipe Técnica
Andreia Maria de Jesus
Fábio Henrique Salles
Fábio Nascimento
Rosemeire Saraiva de Alencar

Apoio
Alda Pereira de Souza Silva
Domingo Dário Silva de Sá

Secretaria-Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde
Sandra Sabino Fonseca

Secretaria-Executiva de Atenção Hospitalar
Marilande Marcolin

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias
Benedicto Accacio Borges Neto

Secretaria-Executiva de Gestão Administrativa
José Maria Trindade Brandão

Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO
Donato José Mellone

Equipe Técnica
Ariovaldo Scola
Gilberto de Brito Ferreira
José Cláudio Domingos
Luana Nascimento dos Santos
Pamela Elisa Cano Gualiato
Renata Regina de Oliveira França
Renato Félix de Oliveira
Sandra Francisca da Silva



Sumário	Página
INTRODUÇÃO	4
RECEITAS, DESPESAS , ANÁLISE E CÁLCULO - LEI COMPLEMENTAR 141/12	5
- Receita - LC 141/2012	6
- Despesa - LC 141/2012	7
- Análise da Aplicação	8
- Cálculo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	9
DESPESAS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10
- Despesas por Órgão	11
- Despesas por Fonte	12
- Despesas por Função Saúde	13
- Despesas por Subfunção Saúde	14
- Histórico Percentual das Despesas Empenhadas (Fontes Financeiras)	15
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE	16
- Receita - Transferências Voluntárias	17-19
PRINCIPAIS GRUPOS DE DESPESAS	20
- Detalhamento das Despesas	21
- Contrato de Gestão e Convênios (Organizações Sociais)	22
- Prestadores SUS	23-24
AUDITORIA	25
- Auditorias Realizadas	26-33
GLOSSÁRIO	34-41



Introdução

Apresentamos o Relatório Detalhado do Quadrimestre e acompanhamento orçamentário e financeiro:

- Cumprindo a Lei Federal 141/12, § 5º Artigo 36 e atendendo Resolução CNS 459, de 10/10/2012, sites:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm

<https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/jljoriPgg54Pi7umoX4gdnoat4pVPeTgW1vSnE7F.pdf>

- Atendendo os Incisos I, II e III do Art. 36 da LC 141/2012:

- Inciso I - montante e fonte dos recursos aplicados no período:
páginas 5 a 21 deste Relatório;

- Inciso II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações:
páginas 25 a 33 deste Relatório;

- Inciso III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação:

Páginas 22 a 24 deste Relatório, contendo relação dos prestadores de serviços e respectivos recursos financeiros.

Finalmente lembramos também que os Demonstrativos de Receitas e Despesas alterados para 2020 estão em conformidade a MDF 10ª edição, PORTARIA STN Nº 286, DE 7 DE MAIO DE 2019, como evidenciados nos sites:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-286-de-7-de-maio-de-2019-87306776>

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2020/26-2>



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Demonstrativo de Receitas, Despesas e Análise

3º QUADRIMESTRE DE 2022

Janeiro a dezembro

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS

A receita do Município para apuração da aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) até o 3º Quadrimestre de 2022 foi de R\$ 61.130.331.569 (Sessenta e um bilhões, cento e trinta milhões, trezentos e trinta e um mil e quinhentos e sessenta e nove reais), representando 101,38% da previsão da receita para 2022 (arrecadação de impostos líquidos e receitas de transferências constitucionais e legais).

Outras receitas adicionais, no valor de R\$ 2.933.857.807 (dois bilhões, novecentos e trinta e três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e sete reais), complementam o total para financiamento da saúde, conforme demonstrado no quadro abaixo.

RECEITA - Receitas até o 3º Quadrimestre de 2022					
Tabela I - LEI COMPLEMENTAR 141/12 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (RECEITA) - VALORES EM REAIS R\$					
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2022 (b)	% (b/a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2021
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	43.257.818.272	46.370.013.156	47.145.828.697	101,67%	43.152.100.650
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	12.424.508.312	12.709.955.833	12.824.955.329	100,90%	11.411.445.650
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.080.949.101	1.230.592.874	1.497.687.757	121,70%	1.795.827.967
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.411.279.643	3.411.279.643	3.193.341.992	93,61%	3.573.177.479
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	43.878.522	43.878.522	48.749.271	111,10%	112.400.727
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	22.629.727.296	25.306.830.885	25.373.255.850	100,26%	21.856.754.399
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	646.892.028	646.892.028	786.372.292	121,56%	1.505.705.997
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.020.583.370	3.020.583.370	3.421.466.207	113,27%	2.896.788.431
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.010.366.574	13.927.300.293	13.984.502.872	100,41%	12.729.521.624
Cota-Parte FPM	388.326.540	388.326.540	499.039.882	128,51%	393.152.239
Cota-Parte ITR	3.210.883	3.210.883	17.218.244	536,25%	5.388.034
Cota-Parte IPVA	3.530.781.521	3.530.781.521	3.431.563.950	97,19%	2.892.181.929
Deduções Cota-Parte IPVA	0	0			
Cota-Parte ICMS	9.026.401.398	9.943.335.117	9.976.606.243	100,33%	9.368.688.194
Cota-Parte IPI-Exportação	61.646.232	61.646.232	60.074.554	97,45%	70.111.229
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais, desoneração ICMS (LC 87/96)	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	56.268.184.846	60.297.313.449	61.130.331.569	101,38%	55.881.622.275
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2022 (b)	% (b/a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2021
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE	2.780.979.540	2.859.748.220	2.817.498.841	98,52%	3.287.053.845
Proveniente da União - Fundo a Fundo	2.702.629.740	2.727.835.940	2.633.209.169	96,53%	3.023.134.823
Provenientes dos Estados	78.349.800	131.912.280	184.289.671	139,71%	263.919.022
Outras Receitas	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	190.651.910,00	190.651.910,00	99.531.062	52,21%	117.751.350
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	10.703.204	10.703.204	16.827.904	157,22%	29.845.529
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.982.334.654	2.982.334.654	2.933.857.807	98,37%	3.434.650.724

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal da Saúde, em fevereiro de 2023

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12_Saúde_6ºBIM_rev1.xlsx (LC141/2012, art 35), em fevereiro de 2023

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS

Empenhadas: somam R\$ 18.095.468.571 (dezoito bilhões, noventa e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e um reais) representando 95,92% da Dotação Orçamentária para 2022, sendo R\$ 9.556.141.492 (nove bilhões, quinhentos e cinquenta e seis milhões, cento e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e dois reais) em despesas com ações e serviços públicos de saúde, e R\$ 3.544.968.359 (três bilhões, quinhentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e nove reais) em despesas não computadas para fins de apuração do percentual mínimo;

Liquidadas: somam R\$ 17.362.412.679 (dezessete bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e setenta e nove reais) representando 92,04% da Dotação Orçamentária para 2022, sendo R\$ 14.036.033.645 (quatorze bilhões, trinta e seis milhões, trinta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) em despesas com ações e serviços públicos de saúde, e R\$ 3.326.379.035 (três bilhões, trezentos e vinte e seis milhões, trezentos e setenta e nove mil e trinta e cinco reais) em despesas não computadas para fins de apuração do percentual mínimo.

DESPESA - Despesas até o 3º Quadrimestre de 2022										
Tabela II - LEI COMPLEMENTAR 141/12 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (DESPESAS) - VALORES EM REAIS R\$										
Válido a partir do exercício financeiro de 2020 (Portaria STN nº 286 de 07 de maio de 2019)										
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	Até o 3º Quadrimestre de 2022								Até o 3º Quadrimestre de 2021	
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
ATENÇÃO BÁSICA	5.344.428.994	8.281.933.773	8.071.372.054	97,46%	7.866.943.027	94,99%	7.857.020.255	204.429.027	6.098.992.824	5.971.621.868
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.132.628.129	6.391.985.656	6.032.512.415	94,38%	5.741.113.702	89,82%	5.716.742.246	291.398.713	6.275.407.516	5.943.148.088
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	412.921.356	698.793.021	606.924.088	86,85%	480.831.383	68,81%	478.558.829	126.092.704	451.497.429	396.401.566
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	211.727.707	210.312.572	155.596.388	73,98%	127.401.639	60,58%	123.103.129	28.194.749	126.478.207	102.304.341
OUTRAS SUBFUNÇÕES	3.113.023.663	3.281.934.720	3.229.063.626	98,39%	3.146.122.928	95,86%	3.136.871.482	82.940.698	2.719.495.906	2.627.589.397
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE	15.214.729.849	18.864.959.743	18.095.468.571	95,92%	17.362.412.679	92,04%	17.312.295.941	733.055.891	15.671.871.882	15.041.065.260
DESPESAS COM SAÚDE (não computadas no cálculo do limite mínimo)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
ATENÇÃO BÁSICA	1.032.687.808	1.225.299.031	1.150.840.081	93,92%	1.087.456.641	88,75%	1.086.432.509	63.383.440	944.157.391	897.718.331
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.869.403.091	1.763.458.926	1.643.982.743	93,22%	1.563.489.790	88,66%	1.558.078.399	80.492.953	2.261.787.500	2.147.274.120
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	96.648.000	270.039.544	245.217.631	90,81%	193.622.531	71,70%	193.153.097	51.595.100	157.764.213	123.475.350
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	174.067.981	153.442.836	125.045.627	81,49%	112.801.064	73,51%	108.511.576	12.244.563	109.494.306	88.800.421
OUTRAS SUBFUNÇÕES	326.811.065	390.109.237	379.882.277	97,38%	369.009.009	94,59%	367.518.545	10.873.268	299.547.379	288.546.537
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	3.499.617.945	3.802.349.573	3.544.968.359	93,23%	3.326.379.035	87,48%	3.313.694.126	218.589.324	3.772.750.788	3.545.814.761
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	11.715.111.904	15.062.610.170	14.550.500.212	96,60%	14.036.033.645	93,18%	13.998.601.816	514.466.567	11.899.121.094	11.495.250.499
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E RANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MÍNIMO CONSTITUCIONAL = 15%			23,80%		22,96%				21,29%	20,57%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2023

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12_Saúde_6ºBIM_rev1.xlsx (LC141/2012, art 35), em fevereiro de 2023

ANÁLISE DA APLICAÇÃO EM AÇÕES DE SAÚDE

Temos no quadro abaixo, o comparativo das despesas e receitas do município em ações e serviços públicos em saúde, referente ao acumulado até o 3º quadrimestre de 2022 e mesmo período de 2021. As despesas empenhadas para 2022 e 2021, representam respectivamente 23,80% e 21,29% e as liquidadas 22,96% e 20,57%.

RECEITAS			Receitas no 3º Quadrimestre de 2022		Receitas no 3º Quadr de 2021	
Receitas para Apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	sobre atualizada (%) (b/a)	Realizadas	
Receitas de Impostos Líquidas (I)	43.257.818.272	46.370.013.156	47.145.828.697	101,67%	43.152.100.650	
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais (II)	13.010.366.574	13.927.300.293	13.984.502.872	100,41%	12.729.521.625	
Total das Receitas para apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (III) = I + II	56.268.184.846	60.297.313.449	61.130.331.569	101,38%	55.881.622.275	

DESPESAS			Despesas no 3º Quadrimestre de 2022				Despesas no 3º Quadr de 2021	
Despesas com Saúde	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Liquidadas (e)	sobre atualizada (%)		Empenhadas	Liquidadas
					(d/c)	(e/c)		
Despesas Correntes	14.781.922.347	18.370.383.040	17.813.497.730	17.140.079.872	96,97%	93,30%	15.419.453.846	14.908.541.355
Despesas de Capital	432.807.502	494.576.703	281.970.841	222.332.808	57,01%	44,95%	252.418.035	132.523.905
Total das Despesas com Saúde (IV)	15.214.729.849	18.864.959.743	18.095.468.571	17.362.412.679	95,92%	92,04%	15.671.871.881	15.041.065.260
Total das Despesas com Saúde não Computadas para Apuração do Percentual Mínimo (V)	3.499.617.945	3.802.349.573	3.544.968.359	3.326.379.035	19,59%	19,16%	3.772.750.788	3.545.814.760
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (VI) = (IV - V)	11.715.111.904	15.062.610.170	14.550.500.212	14.036.033.645	Valor referente à diferença (a maior) entre o valor Empenhado e o Limite Mínimo Constitucional de 15% R\$ 5.380.950.476		11.899.121.093	11.495.250.500
Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) sobre Total das Receitas Realizadas			23,80%	22,96%			21,29%	20,57%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2023
Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12_Saúde_6ºBIM_rev1.xlsx (LC141/2012, art 35), em fevereiro de 2023

Cálculo do Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

O cálculo do Percentual ASPS é obtido pelas fórmulas a seguir, sendo exigido o percentual com despesa liquidada para o 1º e 2º Quadrimestre e despesa empenhada para o 3º Quadrimestre:

	despesa empenhada	14.550.500.212		
Percentual de aplicação mínimo em ASPS - LC 141/12	=	-----	=	----- = 23,80%
	receita realizadade	61.130.331.569		

	despesa liquidada	14.036.033.645		
Percentual de aplicação mínimo em ASPS - LC 141/12	=	-----	=	----- = 22,96%
	receita realizadade	61.130.331.569		

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2023

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12_Saúde_6ºBIM_rev1.xlsx (LC141/2012, art 35), em fevereiro de 2023



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Demonstrativo das Despesas:
por Órgão, Fonte, Função e Subfunção

3º QUADRIMESTRE DE 2022

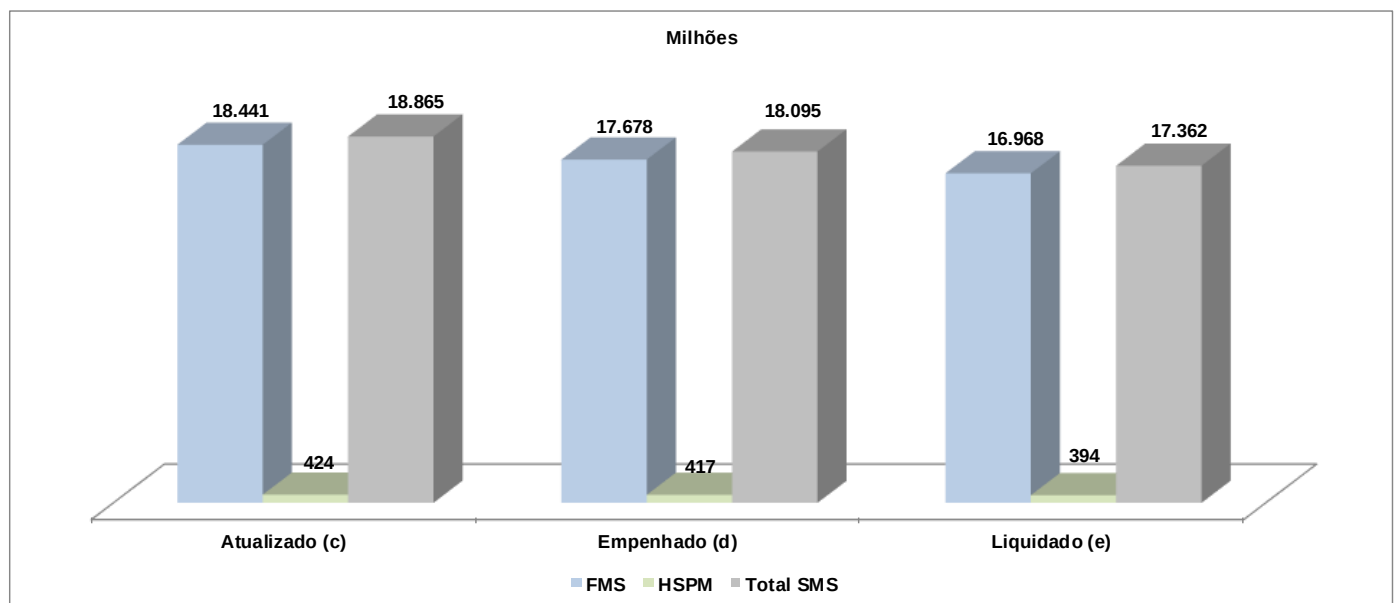
Janeiro a dezembro

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE
Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre 2022

Despesas por Órgão, valores em R\$

Órgão	Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d/c)	Congelado
FMS	14.830.185.054	18.440.955.015	17.678.211.279	16.967.958.069	16.920.532.609	95,86%	28.338.296
HSPM	384.544.795	424.004.728	417.257.292	394.454.611	391.763.332	98,41%	200.000
Total SMS	15.214.729.849	18.864.959.743	18.095.468.571	17.362.412.679	17.312.295.941	95,92%	28.538.296



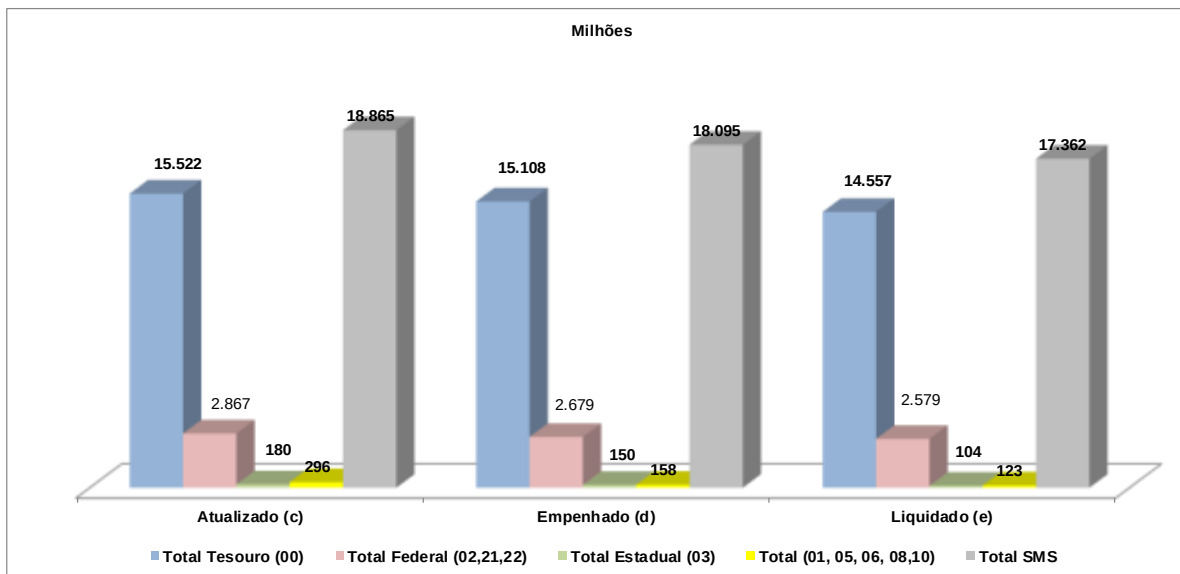
FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2023

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre 2022

Despesas por Fonte, valores em R\$

Fonte	Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d) / total (d)	Congelado
Tesouro (00) - Outras			14.482.673.266	13.950.886.916	14.516.998.337	80,03%	25.840.000
Tesouro (00) - Covid			625.731.500	605.987.370		3,46%	
Total Tesouro (00)	12.143.934.695	15.522.207.809	15.108.404.766	14.556.874.286	14.516.998.337	83,49%	25.840.000
Federal (02) - Outras			2.624.840.365	2.525.742.726	2.571.413.891	14,51%	
Federal (21) - Covid			51.702.040	50.606.400		0,29%	
Federal (22) - Covid			2.407.650	2.407.650		0,01%	
Total Federal (02,21,22)	2.703.229.740	2.866.764.074	2.678.950.055	2.578.756.776	2.571.413.891	14,80%	
Estadual (03) - Outras			114.449.446	70.437.459	102.960.870	0,63%	2.692.696
Estadual (03) - Covid			35.922.460	33.560.470		0,20%	
Total Estadual (03)	78.349.800	180.267.243	150.371.906	103.997.929	102.960.870	0,83%	2.692.696
(01, 05, 06, 08,10) - Outras			148.560.484	114.229.189	120.922.843	0,82%	5.600
(01, 05, 06, 08,10) - Covid			9.181.360	8.554.500		0,05%	
Total (01, 05, 06, 08,10)	289.215.614	295.720.617	157.741.844	122.783.689	120.922.843	0,87%	5.600
Total - Outras			17.370.523.561	16.661.296.289		95,99%	28.538.296
Total - Covid			724.945.010	701.116.390		4,01%	
Total SMS	15.214.729.849	18.864.959.743	18.095.468.571	17.362.412.679	17.312.295.941	100,00%	28.538.296



Descrição das fontes de recursos financeiros

- Fonte 00 = Tesouro Municipal
- Fonte 01 = Operações de Crédito
- Fonte 02 = Transferências Federais
- Fonte 03 = Transferências Estaduais
- Fonte 05 = Outras Fontes
- Fonte 06 = Recursos Próprios da Administração Indireta
- Fonte 08 = Tesouro Municipal - Recursos Vinculados
- Fonte 10 = Alienação de Bens/Ativos
- Fonte 21 = COVID = Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde
- Fonte 22 = COVID = Transf. Fed.: Invest. COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde
- Fonte 24 = COVID = Transferências Federais - LC 173/2020, Art5º, I

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2023

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - Função Saúde - em R\$								
3º Quadrimestre 2022								
Unidade Orçamentária (código e descrição)		Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (d)	Pago (f)	(d/c)	Congelado
84.10	Fundo Municipal da Saúde - Gabinete	14.069.478.643	17.676.849.288	17.036.545.019	16.567.085.406	16.541.646.622	96,38%	27.338.296
84.11	Fundo Municipal da Saúde - Gab./BID	324.206.969	324.206.969	231.782.010	65.762.319	61.675.808	71,49%	0
84.21	Hospital Cachoeirinha	38.544.628	38.861.293	37.285.281	33.017.829	32.213.966	95,94%	0
84.22	Coord. de Vigilância em Saúde	39.319.801	56.280.860	44.592.894	26.247.366	25.582.831	79,23%	0
84.23	Coord. Regional de Saúde Norte	60.685.589	60.781.540	58.145.542	48.393.610	44.331.289	95,66%	1.000.000
84.24	Coord. Regional de Saúde Sul	99.820.233	98.213.901	96.390.027	86.384.147	80.383.700	98,14%	0
84.25	Coord. Regional de Saúde Sudeste	78.425.833	75.750.670	71.569.585	61.603.976	60.663.464	94,48%	0
84.26	Coord. Regional de Saúde Leste	68.826.590	62.873.641	59.486.843	46.456.773	42.082.833	94,61%	0
84.27	Coord. Regional de Saúde Oeste	38.991.586	35.251.670	31.053.829	23.248.023	22.744.193	88,09%	0
84.28	Coord. Regional de Saúde Centro	11.885.182	11.885.182	11.360.248	9.758.620	9.207.903	95,58%	0
TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA		14.830.185.054	18.440.955.015	17.678.211.279	16.967.958.069	16.920.532.609	95,86%	28.338.296
02.10	Hosp. Servidor Público Municipal	384.544.795	424.004.728	417.257.292	394.454.611	391.763.332	98,41%	200.000
TOTAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		384.544.795	424.004.728	417.257.292	394.454.611	391.763.332	98,41%	200.000
TOTAL ORÇAMENTO FUNÇÃO SAÚDE		15.214.729.849	18.864.959.743	18.095.468.571	17.362.412.679	17.312.295.941	95,92%	28.538.296

Fonte: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2023

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - Subfunção Saúde - em R\$										
3º Quadrimestre 2022										
Subfunção Saúde (código e descrição)		Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d/c)	(d/total d)	Restos a Pagar	
									(g) = (d) - (e)	(g/total d)
301	Atenção Básica	5.344.428.994	8.281.933.773	8.071.372.054	7.866.943.027	7.857.020.255	97,46%	44,60%	204.429.027	1,13%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.132.628.129	6.391.985.656	6.032.512.415	5.741.113.702	5.716.742.246	94,38%	33,34%	291.398.713	1,61%
303	Suporte Profilático e Terapêutico	412.921.356	698.793.021	606.924.088	480.831.383	478.558.829	86,85%	3,35%	126.092.704	0,70%
304	Vigilância Sanitária	211.727.707	210.312.572	155.596.388	127.401.639	123.103.129	73,98%	0,86%	28.194.749	0,16%
242	Assistência ao Portador de Deficiência	2.600.000	2.600.000	0	0	0	0,00%	0,00%	0	0,00%
422	Direitos Individuais Coletivos e Difusos	838.055	515.957	185.047	152.471	146.014	35,86%	0,00%	32.575	0,00%
122	Administração Geral	2.505.251.997	2.451.288.438	2.420.186.608	2.381.264.704	2.379.237.072	98,73%	13,37%	38.921.904	0,22%
128	Formação de Recursos Humanos	7.974.200	6.663.534	616.858	553.070	553.070	0,00%	0,00%	63.788	0,00%
271	Previdência Básica	413.953.471	585.764.415	585.764.415	585.764.415	585.764.415	100,00%	3,24%	0	0,00%
131	Comunicação Social	6.710.000	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0	0,00%
126	Tecnologia da Informação	175.695.940	235.102.377	222.310.698	178.388.268	171.170.911	94,56%	1,23%	43.922.430	0,24%
TOTAL		15.214.729.849	18.864.959.743	18.095.468.571	17.362.412.679	17.312.295.941	95,92%	100,00%	733.055.891	4,05%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal da Saúde, em fevereiro de 2022

Secretaria Municipal da Saúde

Histórico Percentual das Despesas Empenhadas (Fontes Financeiras)				
3º Quadrimestre de 2022				
Ano	Fonte 00 Tesouro Municipal	Fontes 02, 21, 22, 24 Transferências Federais	Fonte 03 Transferências Estaduais	Fontes 01, 05, 06, 08, 10 (créditos, próprias, alienação)
2009	75,00%	24,06%	0,88%	0,05%
2010	75,85%	23,55%	0,56%	0,04%
2011	74,58%	25,20%	0,17%	0,05%
2012	75,29%	24,41%	0,22%	0,08%
2013	72,24%	27,13%	0,56%	0,07%
2014	74,32%	24,99%	0,56%	0,13%
2015	75,11%	24,45%	0,32%	0,13%
2016	77,91%	21,84%	0,18%	0,07%
2017	79,36%	20,34%	0,19%	0,11%
2018	79,88%	19,68%	0,13%	0,31%
2019	75,60%	22,70%	0,60%	1,10%
2020	71,70%	23,90%	2,00%	2,40%
2021	76,85%	19,97%	1,62%	1,50%
2022	83,49%	14,80%	0,83%	0,87%

Descrição das fontes de recursos financeiros

Fonte 00 = Tesouro Municipal

Fonte 01 = Operações de Crédito

Fonte 02 = Transferências Federais

Fonte 03 = Transferências Estaduais

Fonte 05 = Outras Fontes

Fonte 06 = Recursos Próprios da Administração Indireta

Fonte 08 = Tesouro Municipal - Recursos Vinculados

Fonte 10 = Alienação de Bens/Ativos

Fonte 21 = COVID = Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde

Fonte 22 = COVID = Transf. Fed.: Invest. COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde

Fonte 24 = COVID = Transferências Federais - LC 173/2020, Art5º, I

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2023



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Transferências Fundo a Fundo e Voluntárias

3º Quadrimestre de 2022

Janeiro a dezembro



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2022

RECETAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE												
DESCRIÇÃO	RECITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2022	Maio a Ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	Set a Dez/22	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
REALIZADA	2.805.606.339	100,00%	869.810.597	1.023.334.733	206.589.234	241.588.820	208.928.107	279.467.242	936.573.403	2.829.718.732	100,00%	100,9%
BLOCO FEDERAL	2.678.774.940	95,48%	838.119.067	859.475.166	195.121.334	225.166.180	164.652.422	264.059.752	848.999.688	2.546.593.920	89,99%	95,1%
BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	784.440.000	27,96%	216.675.918	215.324.791	52.348.665	54.217.931	51.812.983	73.755.681	232.135.260	664.135.968	23,47%	84,7%
BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.665.600.000	59,37%	563.765.037	583.822.340	132.681.496	136.739.812	98.707.884	170.864.659	538.993.851	1.686.581.228	59,60%	101,3%
BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE	104.924.940	3,74%	32.591.257	30.624.154	9.371.667	10.771.604	8.158.694	13.466.550	41.768.515	104.983.927	3,71%	100,1%
BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	78.648.000	2,80%	23.891.445	23.891.445	719.507	5.972.861	5.972.861	5.972.861	18.638.090	66.420.980	2,35%	84,5%
BLOCO GESTÃO SUS	1.200.000	0,04%	100.000	517.326	-	17.463.972	-	-	17.463.972	18.081.298	0,64%	1506,8%
BLOCO INVESTIMENTOS	43.962.000	1,57%	1.095.410	5.295.110	-	-	-	-	-	6.390.520	0,23%	14,5%
OUTROS CONVÊNIOS (União)	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
BLOCO ESTADUAL	83.070.000	2,96%	367.200	120.629.329	-	4.090.285	34.982.890	4.422.132	43.495.307	164.491.836	5,81%	198,02%
AÇÕES ESPEC. SAÚDE (Estado)	83.070.000	2,96%	367.200	74.204.754	0	4.090.285	34.982.890	4.422.132	43.495.307	118.067.261	4,17%	142,1%
BLOCO OUTRAS RECETAS	41.601.399	1,48%	31.324.330	43.230.238	11.467.899	12.332.355	9.292.795	10.985.358	44.078.408	118.632.976	4,19%	285,2%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (Estado)	1.837.754	0,07%	1.837.754	4.805.577	1.747.055	1.634.845	1.473.158	1.698.622	6.553.680	13.197.011	0,47%	718,1%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (União)	23.480.399	0,84%	23.480.399	29.720.123	7.704.506	6.598.659	6.426.080	6.746.525	27.475.771	80.676.294	2,85%	343,6%
REC DE RESTITUIÇÃO DIVERSAS FMS	3.600.000	0,13%	1.664.307	2.385.448	693.495	2.934.754	445.235	1.619.940	5.693.424	9.743.179	0,34%	270,6%
MULTAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.641.041	0,13%	520.576	969.413	70.928	75.688	77.409	98.903	322.927	1.812.916	0,06%	49,8%
AHM (OUTRAS RECEITAS)	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
HSPM (OUTRAS RECEITAS)	9.042.204	0,32%	3.821.293	5.349.677	1.251.915	1.088.408	870.914	821.368	4.032.606	13.203.576	0,47%	146,0%
RECETAS PARA OUTROS CONVÊNIOS ESPECÍFICOS COM A UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECETAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.160.000	0,08%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2022

RECURSOS FEDERAIS												
RECEITA DO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2022	Maio a Ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	Set a Dez/22	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB/APS	9.000.000	1,15%	2.600.000	4.340.574	0	0	0	0	0	6.940.574	1,05%	77,1%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	69.600.000	8,87%	17.886.147	14.326.774	3.331.317	2.088.791	2.088.791	6.350.384	13.859.283	46.072.203	6,94%	66,2%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	360.000.000	45,89%	113.056.673	113.973.089	28.793.985	29.100.360	29.574.255	34.002.227	121.470.828	348.500.590	52,47%	96,8%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - PER CAPITA DE TRANSIÇÃO	61.440.000	7,83%	-	-	0	0	0	0	0	-	0,00%	0,0%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - AÇÕES ESTRATÉGICAS	260.400.000	33,20%	76.821.098	77.560.035	18.882.426	21.711.032	18.890.488	32.127.835	91.611.781	245.992.914	37,04%	94,5%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DIVERSOS APS	24.000.000	3,06%	6.312.000	5.124.319	1.340.936	1.317.748	1.259.448	1.275.236	5.193.368	16.629.687	2,50%	69,3%
REALIZADA	784.440.000	100,00%	216.675.918	215.324.791	52.348.665	54.217.931	51.812.983	73.755.681	232.135.260	664.135.968	100%	84,7%
RECEITA DO BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2022	Maio a Ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	Set a Dez/22	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
SAMU	50.400.000	3,03%	14.994.008	14.994.008	3.748.502	3.748.502	3.748.502	3.748.502	14.994.008	44.982.024	2,67%	89,3%
TETO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.200.000.000	72,05%	394.210.044	383.720.416	94.303.471	94.700.307	94.007.495	97.693.417	380.704.690	1.158.635.150	68,70%	96,6%
CORONAVÍRUS (COVID-19)	27.600.000	1,66%	31.915.566	29.013.747	951.887	951.887	951.887	951.887	3.807.547	64.736.860	3,84%	234,6%
FAEC	378.000.000	22,69%	119.633.826	128.291.656	33.677.636	37.339.116	-	68.470.854	139.487.606	387.413.088	22,97%	102,5%
INCREMENTO TEMPORÁRIO DO MAC - EMENDA PARLAMENTAR	6.000.000	0,36%	3.011.592	27.802.514	-	-	-	-	-	30.814.106	1,83%	513,6%
EMENDA PARLAMENTAR - COVID	3.600.000	0,22%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REALIZADA	1.665.600.000	100,00%	563.765.037	583.822.340	132.681.496	136.739.812	98.707.884	170.864.659	538.993.851	1.686.581.228	100%	101,3%
RECEITAS DO BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2022	Maio a Ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	Set a Dez/22	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	104.924.940	54,15%	29.698.431	30.624.154	9.371.667	10.771.604	8.158.694	13.466.550	41.768.515	102.091.100	56,87%	97,3%
VIGILÂNCIA DST/AIDS	10.206.000	5,27%	2.892.826	2.870.626	719.507	719.507	719.507	719.507	2.878.026	8.641.479	4,81%	84,7%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	78.648.000	40,59%	23.891.445	23.891.445	5.972.861	5.972.861	5.972.861	5.972.861	23.891.445	71.674.335	39,93%	91,1%
REALIZADA	193.778.940	100,00%	53.589.876	57.386.225	16.064.035	17.463.972	14.851.062	20.158.918	68.537.986	179.514.087	100%	92,6%
RECEITAS DO BLOCO DE GESTÃO DO SUS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2022	Maio a Ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	Set a Dez/22	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO OU IMPLEMENTAÇÃO DE COMPLEXOS REGULADORES	1.200.000	100,00%	100.000	517.326	-	-	-	-	-	617.326	100,00%	51,4%
Outros(3)	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
REALIZADA	1.200.000,00	100,00%	100.000	517.326	-	-	-	-	-	617.326	100%	51,4%
RECEITAS DO BLOCO DE INVESTIMENTO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2022	Maio a Ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	Set a Dez/22	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
REFORMA DE CER	3.000.000	6,82%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
AÇÕES DE INVESTIMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EQUIPAMENTOS	1.200.000	2,73%	1.095.410	5.295.110	-	-	-	-	-	6.390.520	100,00%	532,5%
REFORMA HOSPITAIS	25.500.000	58,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
CONVÊNIOS	2.250.000	5,12%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
CORONAVÍRUS (COVID-19)	12.012.000	27,32%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REALIZADA	43.962.000	100,00%	1.095.410	5.295.110	-	-	-	-	-	6.390.520	100%	14,5%



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde



Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2022

RECURSOS ESTADUAIS												
RECEITAS DO ESTADO PROGRAMAS / CONVÊNIOS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2022	Maio a Ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	Set a Dez/22	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
TRANSFERÊNCIA DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE -FMS	12.000.000	14,45%	367.200			4.009.898	29.382.890	4.322.132	37.714.920	38.082.120	32,25%	317,4%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - DOSE CERTA	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
CONTROLE DE GLICEMIA	6.150.000	7,40%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
CORONAVÍRUS (COVID-19) - CUSTEIO	60.000.000	72,23%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EMENDA PARLAMENTAR - CUSTEIO	600.000	0,72%	-	73.164.754			100.000	100.000	200.000	73.364.754,31	62,14%	12227,5%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SUS	600.000	0,72%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EQUIPAMENTOS	120.000	0,14%	-	-					-	-	0,00%	0,0%
REFORMA E CONSTRUÇÃO UBS	-	0,00%	-	-	-	80.387	-	-	80.387	80.387,03	0,07%	0,0%
CORONAVÍRUS (COVID-19) - INVESTIMENTO	1.200.000	1,44%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EMENDA PARLAMENTAR - INVESTIMENTO	2.400.000	2,89%	-	1.040.000	-	-	5.500.000	-	5.500.000	6.540.000,00	5,54%	272,5%
OUTROS	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REALIZADA	83.070.000	100,00%	367.200	74.204.754	0	4.090.285	34.982.890	4.422.132	43.495.307	118.067.261	100%	100,0%
RECEITAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS												
RECEITAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2022	Maio a Ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	Set a Dez/22	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INSTITUIÇÕES PRIVADAS CUSTEIO	480.000,00	22,22%	212.702	430.675	45.475	45.475	45.475	45.475	181.900	825.277	13,82%	171,93%
INSTITUIÇÕES PRIVADAS INVESTIMENTO	0,00	0,00%	2.378.250	444.500	106.125	106.125	105.000	105.000	422.250	3.245.000	54,34%	0,0%
CORONAVÍRUS (COVID-19) - OUTRAS RECEITAS (MPE/IMPFTJE- SP/DOAÇÕES) CUSTEIO	1.680.000	77,78%	627.392	841.789	139.743	109.567	96.296	86.731	432.337	1.901.518	31,84%	113,19%
REALIZADA	2.160.000	100,00%	3.218.344	1.716.964	291.343	261.167	246.771	237.206	1.036.487	5.971.795	100%	100,0%

Fonte: SEGA/Coordenadoria de Finanças e Orçamento - SEGA/CFOTF (BOLETIM DA RECEITA - SOF E DATASUS), em fevereiro de 2023



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Principais Grupos de Despesas

3º QUADRIMESTRE DE 2022

Janeiro a dezembro



Secretaria Municipal da Saúde

Principais Grupos de Despesas

Detalhamento das Despesas Empenhadas - Fundo Municipal da Saúde (SMS e HSPM) - 3º Quadrimestre 2022

Grupo	Administração Direta	Administração Indireta	Total, em R\$	Sobre Total Saúde
	SMS, em R\$	HSPM, em R\$		
Pessoal, Auxílios e Encargos	2.511.341.487	284.048.516	2.795.390.003	15,45%
Contratos de Gestão e Convênios	10.814.819.451	0	10.814.819.451	59,77%
Prestadores SUS	962.465.158	0	962.465.158	5,32%
Materias Médico-Hospitalares	240.930.289	27.404.009	268.334.298	1,48%
Medicamentos	543.832.018	7.340.339	551.172.357	3,05%
Investimentos	282.692.935	4.534.794	287.227.729	1,59%
Outros	2.322.129.942	93.929.633	2.416.059.574	13,35%
TOTAL SAÚDE	17.678.211.279	417.257.292	18.095.468.571	100,00%

Materiais Médico-Hospitalares e Medicamentos

Grupo	Fonte	Administração Direta	Administração Indireta	Total, em R\$	Sobre Total Saúde
		SMS, em R\$	HSPM, em R\$		
Materias Médico Hospitalares	00	173.488.694	19.777.186	193.265.880	1,07%
	02	48.547.646	2.658.339	51.205.985	0,28%
	03	11.161.765		11.161.765	0,06%
	10				
	21	1.997.308			
	22				
	24				
	01, 05, 06, 08	5.734.875	4.968.484	10.703.359	0,06%
	Total	240.930.289	27.404.009	268.334.298	1,47%
Medicamentos	00	344.128.143	4.259.215	348.387.358	1,93%
	02	157.804.292	1.944.516	159.748.808	0,88%
	03	41.875.678		41.875.678	0,23%
	10				
	21	23.904			
	22				
	24				
	01, 05, 06, 08		1.136.609	1.136.609	0,01%
	Total	543.832.018	7.340.339	551.172.357	3,05%
Total Materiais + Medicamentos		784.762.306	34.744.349	819.506.655	4,52%

Ações Judiciais (*)	14.911.116		14.911.116	0,08%
---------------------	------------	--	------------	-------

(*) As Ações Judiciais compreendem Materiais Médico-Hospitalares, Medicamentos e Outros (dietas e serviços), cujos valores já estão incluídos em respectivos itens.

Descrição das fontes de recursos financeiros

- Fonte 00 = Tesouro Municipal
- Fonte 01 = Operações de Crédito
- Fonte 02 = Transferências Federais
- Fonte 03 = Transferências Estaduais
- Fonte 05 = Outras Fontes
- Fonte 06 = Recursos Próprios da Administração Indireta
- Fonte 08 = Tesouro Municipal - Recursos Vinculados
- Fonte 10 = Alienação de Bens/Ativos
- Fonte 21 = COVID = Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde
- Fonte 22 = COVID = Transf. Fed.: Invest. COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde
- Fonte 24 = COVID = Transferências Federais - LC 173/2020, Art5º, I

Fonte:

- CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal da Saúde, em fevereiro de 2023
- Administração Indireta: HSPM, em fevereiro de 2023

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - SERMAP						
Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde - CPCSS						
Contrato de Gestão (CG), Convênios (CV), Termo de Colaboração (TC), Termo de Fomento (TF)						
Item	Organizações Sociais (em ordem decrescente de valores empenhados)	Natureza	Repasse Financeiros 3º Quadrimestre 2022			
			Empenhado		Liquidado	
			R\$	Sobre TOTAL	R\$	Sobre Empenhado
1	Assoc. Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	CG, CV e TC	2.973.184.648	27,49%	2.973.184.648	100,00%
2	Assoc. Saúde da Família	CG	1.527.289.547	14,12%	1.527.289.547	100,00%
3	Casa de Saúde Santa Marcelina	CG	1.335.567.921	12,35%	1.335.567.921	100,00%
4	Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim	CG e CV	1.135.599.478	10,50%	1.135.599.478	100,00%
5	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein	CV	791.983.699	7,32%	790.956.282	99,87%
6	Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde	CG	692.496.313	6,40%	692.496.313	100,00%
7	Serviço Social da Construção Civil do Est. de São Paulo	CG e CV	511.699.671	4,73%	511.699.671	100,00%
8	Assoc. Filantrópica Nova Esperança	CG	415.320.767	3,84%	415.320.767	100,00%
9	Sociedade Beneficente Caminho de Damasco	CG	279.390.994	2,58%	279.390.994	100,00%
10	Fundação do ABC	CG	235.669.450	2,18%	235.669.450	100,00%
11	Assoc. Comunitária Monte Azul	CG e CV	209.802.565	1,94%	209.802.565	100,00%
12	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia SP	CV	193.139.807	1,79%	193.139.807	100,00%
13	Instituto de Atenção Básica e Avançada a Saúde	CG	138.864.062	1,28%	138.864.062	100,00%
14	Assoc. Saúde em Movimento	CG	119.505.682	1,11%	119.505.682	100,00%
15	Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto	CV e TC	63.368.408	0,59%	63.368.408	100,00%
16	Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês	CG	62.844.272	0,58%	62.844.272	100,00%
17	Assoc. Comunitária e Beneficente Padre José Augusto M. Moreira	CV	34.664.256	0,32%	34.664.256	100,00%
18	Congregação das Irmãs Hospitalares do Sagrado Coração de Jesus	CV	25.256.323	0,23%	25.256.323	100,00%
19	Assoc. Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais SP	TC	19.745.052	0,18%	19.745.052	100,00%
20	Casa de Isabel Centro de Apoio a Mulher, a Criança e o Adolescente	CV e TF	17.146.410	0,16%	17.146.410	100,00%
21	Centro de Apoio a Faculdade de Saúde Pública da Univ. de São Paulo	CV	8.976.503	0,08%	8.076.743	89,98%
22	Centro de Recuperação e Educação Nutricional	CV	5.085.880	0,05%	5.085.880	100,00%
23	Assoc. de Saúde Mental PROSAM	CV	3.876.598	0,04%	3.876.598	100,00%
24	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	CV	3.850.000	0,04%	3.850.000	100,00%
25	Assoc. de Apoio ao Projeto Quixote	CV	3.515.839	0,03%	3.515.839	100,00%
26	Instituto Brasileiro de Controle do Câncer	TC	3.111.919	0,03%	3.111.919	100,00%
27	Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana	CV	1.761.559	0,02%	1.761.559	100,00%
28	Assoc. Brasileira de Desenvolvimento Social	CV	1.200.491	0,01%	1.200.491	100,00%
29	Fundação Zerbine	TF	561.506	0,01%	543.474	96,79%
30	Assoc. da Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo	CV	339.830	0,00%	339.830	100,00%
TOTAL			10.814.819.451	100,00%	10.812.874.242	99,98%

FONTE: Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde - SMS-G/SERMAP-CPCSS, em fevereiro de 2023

NOTA:

Item 13 - IABAS CG 002/2020- HOSPITAL VILA NOVA BRASILÂNDIA - encerrado em julho/2022

Item 14 - ASM CG 001/2022 ASSOCIAÇÃO DA SAÚDE EM MOVIMENTO iniciado em agosto/2022

Base Sof em 07/02/2023

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - SERMAP					
Coordenadoria de Avaliação e Controle da Assistência Complementar - CACAC					
Item	Instituições - Razão Social (em ordem decrescente de valores empenhados)	Repasses Financeiros 3º Quadrimestre 2022			
		Empenhado		Liquidado	
		R\$	Sobre Total	R\$	Sobre Empenhado
1	FUNDAÇÃO OSWALDO RAMOS	97.194.393	10,10%	94.431.430	97,16%
2	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EBENEZER	84.019.247	8,73%	84.019.247	100,00%
3	ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PSICOFARMACOLOGIA	83.016.218	8,63%	83.016.218	100,00%
4	REAL E BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA	68.315.879	7,10%	57.507.737	84,18%
5	INST. BRAS. DE CONTROLE DO CANCER	51.797.429	5,38%	51.061.096	98,58%
6	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTO AMARO	46.266.766	4,81%	44.096.176	95,31%
7	INSTITUTO DO CANCER ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO	42.086.451	4,37%	42.086.451	100,00%
8	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO	36.371.546	3,78%	32.323.613	88,87%
9	FUNDAÇÃO ANTONIO PRUDENTE	32.460.250	3,37%	30.748.414	94,73%
10	INSTITUTO CEMA DE OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA	22.919.118	2,38%	22.254.751	97,10%
11	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DO PARI	22.897.888	2,38%	21.730.104	94,90%
12	GRUPO DE APOIO AO ADOLESCENTE E A CRIANÇA COM CANCER GRAACC	22.507.711	2,34%	22.507.711	100,00%
13	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA DEFICIENTE	22.407.714	2,33%	20.725.387	92,49%
14	INSTITUTO SUEL ABUJAMRA	20.570.453	2,14%	20.002.727	97,24%
15	DAVITA Serv. De Nefrologia da Penha Ltda (CENUPE) - Penha	14.015.622	1,46%	14.001.875	99,90%
16	CLÍNICA NEFROLOGIA LESTE LTDA	13.720.254	1,43%	13.705.868	99,90%
17	ASSOCIAÇÃO CRUZ VERDE	13.684.920	1,42%	13.684.820	100,00%
18	ENESP EQUIPE NEFROLOGICA DE SÃO PAULO LTDA	12.619.598	1,31%	12.619.598	100,00%
19	DAVITA SERVIÇOS DE NEFROLOGIA JARDIM DAS IMBUÍAS LTDA	12.575.016	1,31%	12.574.157	99,99%
20	CNTT - CLÍNICA DE NEFROLOGIA E TRANSPLANTE RENAL DO TATUAPÉ	11.631.553	1,21%	11.618.665	99,89%
21	CENTRO DE ESTUDO DO HOSPITAL MONUMENTO	11.413.556	1,19%	11.157.771	97,76%
22	NEFROLAPA - CLIN. MÉDICA E NEFROL. DA LAPA LTDA - EPP	11.287.226	1,17%	11.287.226	100,00%
23	RENALCARE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	10.482.757	1,09%	10.482.758	100,00%
24	SENESP - SERVIÇO DE NEFROLOGIA DE SÃO PAULO LTDA	10.477.510	1,09%	10.477.510	100,00%
25	CLÍNICA NEFROLOGICA SANTA CATARINA LTDA - ME	9.849.171	1,02%	9.845.735	99,97%
26	CLÍNICA NEFROLOGICA SÃO MIGUEL LTDA	9.690.187	1,01%	9.682.454	99,92%
27	CLÍNICA NEFROLOGICA DO ITAIM PAULISTA LTDA	9.380.534	0,97%	9.380.534	100,00%
28	INSTITUTO PAULISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM OFTALMOLOGIA - IPEPO	8.488.496	0,88%	8.488.496	100,00%
29	HOSPITAL LEFORTE LIBERDE S.A	8.197.570	0,85%	8.197.570	100,00%
30	DAVITA JOÃO DIAS (INSP)	8.121.975	0,84%	8.120.257	99,98%
31	NEFROCOR E URO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	7.967.658	0,83%	7.967.658	100,00%
32	HOME DIALYSIS CENTER MEDICINA E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA	7.536.850	0,78%	7.536.850	100,00%
33	ZANTUT MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA - ME	7.265.615	0,75%	7.265.615	100,00%
34	NEFROCLÍNICA IPIRANGA LTDA	6.876.838	0,71%	6.873.401	99,95%
35	EL DIAGNÓSTICO LTDA	6.678.301	0,69%	6.678.301	100,00%
36	UNTR. - UNIDADE DE NEFROLOGIA, DIALISE E TRANSPLANTE RENAL LTDA	6.576.463	0,68%	6.576.463	100,00%
37	DAVITA PERDIZES (C.M.I.N.)	6.269.967	0,65%	6.269.967	100,00%
38	CENENORTE - CENTRO DE NEFROLOGIA ZONA NORTE LTDA	5.641.195	0,59%	5.641.195	100,00%
39	CASA DA CRIANÇA BETINHO LAR ESPÍRITA PARA EXCEPCIONAIS	5.553.646	0,58%	5.553.646	100,00%
40	BAXTER RCS Ltda.	5.539.590	0,58%	5.539.590	100,00%

(Continua)



Secretaria Municipal da Saúde

41	DAVITA VILA OLIMPIA (CENESUL)	5.432.454	0,56%	5.428.158	99,92%
42	SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICIENCIA SANTA CRUZ	5.275.775	0,55%	5.271.479	99,92%
43	SUA IMAGEM Diagnósticos Médicos Ltda	5.258.842	0,55%	5.258.842	100,00%
44	FUNDACAO SAO PAULO	4.918.985	0,51%	4.918.985	100,00%
45	DAVITA SANTANA (NEFROS)	4.891.330	0,51%	4.891.330	100,00%
46	NEPHRON ASSISTENCIA NEFROLOGICA LTDA	4.719.380	0,49%	4.719.381	100,00%
47	SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN	3.843.677	0,40%	2.816.259	73,27%
48	RENALCLASS CLINICA DE NEFROLOGIA LTDA	3.683.157	0,38%	3.680.580	99,93%
49	CENTRO OFTALM.PAULISTA CLÍN. E CIR. OCULAR LTDA	3.227.940	0,34%	3.220.046	99,76%
50	CENTRO DE NEFROLOGIA E DIALISE CENED S/C LTDA	3.210.144	0,33%	3.209.285	99,97%
51	PRO-NEFRON ASSISTENCIA MEDICA LTDA	2.959.467	0,31%	2.959.467	100,00%
52	MEDSERV- ASSISTENCIA MÉDICA E NEFROLÓGICA LTDA	2.734.503	0,28%	2.731.926	99,91%
53	AURI MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA	2.454.293	0,26%	2.454.293	100,00%
54	H COR ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE SIRIA HOSPITAL DO CORAÇÃO	2.360.323	0,25%	1.546.640	65,53%
55	CLÍNICA DE DIAGNÓST. DR. LUIZ SCOPETTA	2.162.935	0,22%	2.162.935	100,00%
56	CETENE - CENTRO DE TERAPIA NEFROLOGICA LTDA	1.967.448	0,20%	1.967.448	100,00%
57	NEPHRO GROUP	1.706.451	0,18%	1.706.451	100,00%
58	DIMEDI - Instituto de Medicina Digital Ltda	1.591.690	0,17%	1.591.690	100,00%
59	SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SP - SECONCI - SP	1.530.291	0,16%	1.530.291	100,00%
60	Radioclínica TADAO MORI	1.198.464	0,12%	1.198.464	100,00%
61	HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ HAOC	771.978	0,08%	771.978	100,00%
62	SOC.BENEF.DE SENHORAS - HOSP. SÍRIO LIBANÊS	756.761	0,08%	756.761	100,00%
63	Instituto RUBEN BERTA	463.222	0,05%	463.222	100,00%
64	VITALCOR Clínica Cardiológica Ltda	347.068	0,04%	341.639	98,44%
65	NIPO - Benef. Bras. de São Paulo	302.462	0,03%	302.462	100,00%
66	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ABADS	179.050	0,02%	179.050	100,00%
67	SAMARIM ASSISTÊNCIA NEFROLÓGICA LTDA	92.102	0,01%	92.102	100,00%
68	ASSOC C SB6:B77 ORDEM M DE MALTA DE S PE BRASIL MERIDIONAL	51.834	0,01%	51.834	100,00%
69	ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA	0	0,00%	0	-
70	HOSPITAL SAGRADA FAMILIA	0	0,00%	0	-
71	HOSPITAL ALVORADA TAQUATINGA LTDA	0	0,00%	0	-
72	HOSPITAL NOTRE DAME H SALVALUS	0	0,00%	0	-
73	HOSPITAL SANTA ISABEL	0	0,00%	0	-
74	HOSPITAL SÃO CRISTOVÃO	0	0,00%	0	-
75	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ODONTOLOGIA	0	0,00%	0	-
TOTAL		962.465.158	100,00%	933.962.040	97,04%

FONTE: Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - Coordenadoria de Avaliação e Controle de Assistência Complementar - SMS-G/SERMAP-CACAC, fevereiro de 2023

Nova INSTITUIÇÃO

H COR Associação Beneficiente Siria - HOSPITAL DO CORAÇÃO

Termo de Contrato 6018.2020/0087625-2

Alteração de razão Social

CENTRO DE NEFROLOGIA E DIALISE CENED S/C LTDA para
MEDSERV- ASSISTENCIA MÉDICA E NEFROLÓGICA LTDA para
PRO-NEFRON ASSISTENCIA MEDICA LTDA para

DAVITA serviços de nefrologia CAMBUCI Ltda conforme T.A. 02/2022 ao T.C 6018.2019.0070124
Centro de Nefrologia e Dialise FRESSENIUS medical MORUMBI TA 02/2022 ao T.C 6018.2019/001
DAVITA serviços de nefrologia LAPA Ltda conforme disposto no T.A. 02/2022 ao T.C. 6018.2015

Encerramento de contrato

ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL SAGRADA FAMILIA
HOSPITAL ALVORADA TAQUATINGA LTDA
HOSPITAL NOTRE DAME H SALVALUS
HOSPITAL SANTA ISABEL
HOSPITAL SÃO CRISTOVÃO
INSTITUTO DO CANCER ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ODONTOLOGIA
SAMARIM ASSISTÊNCIA NEFROLÓGICA LTDA

Processo 6018.2018/0011858-3 Termo de Recisão Termo de Convenio 014/SMS.G. 2018
Processo 6018.2020/0035361-6
Processo 6018.2020/0030544-1
Processo 6018.2020/0030373-2
Processo 6018.2020/0029615-6
Processo 6018.2020/0031085-2
Processo 6018.2018/0011864-8 Termo de Rescisão Unilateral ao convênio 018/2018 SMS-G
Processo 2014-0.301.181-4
Processo 6018.2019/0077332-0 Termo de Rescisão Amigável ao contrato 17/SMS.G./2019



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

AUDITORIA

Auditorias Realizadas

3º QUADRIMESTRE DE 2022

Janeiro a dezembro



Secretaria Municipal da Saúde
Relatório Gerencial 3º Quadrimestre de 2022
Divisão de Auditoria SUS/COCIN

Introdução

As ações e atividades desenvolvidas pela Divisão de Auditoria SUS da Coordenadoria de Controle Interno – COCIN visaram fortalecer o Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria – SNA com o objetivo de qualificação da gestão mediante ações compartilhadas e pactuadas, de observar o cumprimento das normas inerentes à organização e funcionamento do SNA/SUS/SP, de modo a apoiar e colaborar no planejamento da execução de medidas saneadoras de possíveis irregularidades e deficiências apontadas pelo controle, corrigir inconformidades, coibir irregularidades, avaliar o impacto das ações, repercutindo na melhoria da gestão pública, além de estabelecer os processos internos das ações de auditoria apoiando o Gestor na tomada de decisão, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

Os resultados alcançados são apurados com base no conjunto de ações que foram definidas no Planejamento Anual e a partir de demanda oriunda de solicitação de órgãos externos (Ministérios Públicos Federal/Estadual, Tribunais de Contas, Ministério da Saúde, entre outros) ou demandas internas não programadas.

No período de 2020 a 2022 foram programadas ações para dar continuidade à realização de auditorias nas áreas de Terapia Renal Substitutiva – TRS, Quimioterapia, doenças Neuromusculares, Radioterapia, auditoria de serviço em unidades de saúde que mantêm contratos e/ou convênios de Assistência à Saúde com a SMS e uma Auditoria Analítica programada na linha de cuidado à Saúde da Mulher, cobertura de exames de Mamografia Bilateral para Rastreamento na faixa etária alvo de 35 a 65 anos, porém não foram realizadas devido às circunstâncias decorrentes da pandemia pelo Coronavírus, houve restrições dos auditores em realizar diligências in loco, conforme o artigo 5º do Decreto Municipal nº 59.283/20. As ações serão realizadas em 2023, desde que, após reavaliação do gestor, for constatada a redução da exposição dos agentes públicos aos riscos de contágio pelo coronavírus.

Foram realizadas 343 auditorias no período de **janeiro a dezembro de 2022** em Instituições vinculadas ao SUS, sendo 329 auditorias e 14 visitas técnicas por demanda interna. Analisados no mesmo período, o total de 3.374 AIH estando os principais motivos abaixo identificados:

- 24.122 por solicitações de liberação de críticas;
- 7.754 por agravos de notificação;
- 440 por duplicidade de Cartão Nacional de Saúde – CNS;
- 50 por duplicidade em oncologia;
- 127 por sexo incompatível com o procedimento;

Destacamos que no período de **setembro a dezembro de 2022** foram realizadas 134 auditorias em Instituições vinculadas ao SUS, sendo 132 auditorias e 02 visitas técnicas por demanda interna. Analisados no mesmo período o total de 949 AIH estando os principais motivos abaixo identificados:

- 8.345 por solicitações de liberação de críticas;
- 1.187 por agravos de notificação;
- 164 por duplicidade de Cartão Nacional de Saúde – CNS;
- 08 por duplicidade em oncologia;
- 51 por sexo incompatível com o procedimento.

Secretaria Municipal da Saúde

CONSOLIDADO DA PRODUÇÃO – 2022

Quantidade de AIH apresentadas por Natureza da Instituição

2022			
Competência	Natureza Pública	Natureza Privada	Total
1º Quadrimestre	76.643	25.503	102.146
2º Quadrimestre	80.065	24.542	104.607
3º Quadrimestre	83.551	23.643	107.194
Total	240.259	73.688	313.947

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor (R\$) das AIH Apresentadas por Natureza da Instituição

2022			
Competência	Natureza Pública (R\$)	Natureza Privada (R\$)	Total (R\$)
1º Quadrimestre	88.574.000,89	56.828.948,93	145.402.949,82
2º Quadrimestre	64.698.872,12	53.117.807,79	117.816.679,91
3º Quadrimestre	77.908.419,11	55.350.419,72	133.258.838,83
Total	231.181.292,12	165.297.176,44	396.478.468,56

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de AIH Auditadas Analiticamente

2022	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
1º Quadrimestre	16.812
2º Quadrimestre	20.834
3º Quadrimestre	14.327
Total	51.973

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de Atividades por Tipo

2022	
Tipo de atividade	Quantidade
Auditorias e Visitas Técnicas 1º Quadrimestre	111
Auditorias e Visitas Técnicas 2º Quadrimestre	98
Auditorias e Visitas Técnicas 3º Quadrimestre	134
Total	343

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de Atividades por Origem da Demanda

2022				
Origem	Quantidade			
Período	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
Interna – Programação de Auditoria do SUS	103	94	132	329
Interna – Outras estruturas da SMS	8	4	2	14
Demandas Externas	0	0	0	0
Total	111	98	134	343

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de Atividades por Finalidade

2022				
Finalidade	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	12	9	8	29
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	86	78	119	283
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	4	4	4	12
Total	102	91	131	324

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor Fiscalizado nas Atividades de Auditoria

2022		
Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
1º Quadrimestre	48.538.441,91	1.024.715,68
2º. Quadrimestre	57.635.137,84	696.661,74
3º. Quadrimestre	39.972.995,55	Em análise
Total	146.146.575,3	

Fonte: SISAUD/Relatórios – Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de AIH analisadas por Tipo de Bloqueio

2022				
TIPO DE BLOQUEIO	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	8.683	8.018	8.485	25.186
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	0	0	0	0
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	7.444	8.333	8.345	24.122
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	4.888	1.679	1.187	7.754
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	185	91	164	440
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	16	26	8	50
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	12	40	37	89
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurocirurgia	13	16	8	37
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	2	9	4	15
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	48	28	51	127
AIH para analisar auditorias programadas	16.812	20.834	14.327	51.973
Total	38.103	39.074	32.616	109.793

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

A seguir demonstramos a produção no 3º quadrimestre de 2022:

PRODUÇÃO – 3º QUADRIMESTRE DE 2022

Quantidade de AIH apresentadas por natureza da Instituição

3º Quadrimestre de 2022			
Competência	Natureza Pública	Natureza Privada	Total
Setembro	22.592	6.167	28.759
Outubro	20.838	5.885	26.723
Novembro	20.465	5.772	26.237
Dezembro	19.656	5.819	25.475
Total 3º Quadrimestre	83.551	23.643	107.194

Fonte: SIHD (Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado)

Valor (R\$) das AIH apresentadas por natureza da Instituição

3º Quadrimestre de 2022			
Competência	Natureza Pública (R\$)	Natureza Privada (R\$)	Total (R\$)
Setembro	20.517.162,91	14.739.165,36	35.256.328,27
Outubro	18.348.993,98	14.768.422,94	33.117.416,92
Novembro	20.403.846,41	12.499.663,33	32.903.509,74
Dezembro	18.638.415,81	13.343.168,09	31.981.583,90
Total 3º Quadrimestre	77.908.419,11	55.350.419,72	133.258.838,83

Fonte: SIHD (Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado)

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

3º Quadrimestre de 2022	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
Setembro	4.130
Outubro	3.965
Novembro	3.455
Dezembro	2.777
Total 3º Quadrimestre	14.327

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por tipo

3º Quadrimestre de 2022					
Por tipo de atividade	Set	Out	Nov	Dez	Total
Auditorias	37	34	27	34	132
Visita Técnica	0	2	0	0	2
Total 3º Quadrimestre	37	36	27	34	134

Fonte: SISAUD/Relatórios – Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por origem da demanda

3º Quadrimestre de 2022					
Finalidade	Set	Out	Nov	Dez	Total
Interna – Programação da Divisão de Auditoria do SUS	37	34	27	34	132
Interna – Outras Estruturas SMS	0	2	0	0	2
Demandas Externas	0	0	0	0	0
Total 3º Quadrimestre	37	36	27	34	134

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por finalidade

3º Quadrimestre de 2022					
Finalidade	Set	Out	Nov	Dez	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	2	2	2	2	8
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	34	30	24	31	119
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	1	1	1	1	4
Total 3º Quadrimestre	37	33	27	34	131

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor fiscalizado nas atividades de auditoria 2022

Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
Setembro	12.147.996,72	207.857,03
Outubro	10.460.947,78	115.089,87
Novembro	8.838.737,07	214.880,84
Dezembro	8.525.313,98	Em análise
Total 3º Quadrimestre	39.972.995,55	

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de AIH analisadas por tipo de bloqueio

3º Quadrimestre de 2022					
TIPO DE BLOQUEIO	Set	Out	Nov	Dez	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	2.371	2.022	2.068	2.024	8.485
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	0	0	0	0	0
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	2.462	2.144	1.903	1.836	8.345
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	315	204	240	428	1.187
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	30	29	51	54	164
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	2	4	2	0	8
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	12	8	9	8	37
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurocirurgia	0	3	5	0	8
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	2	2	0	0	4
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	15	9	16	11	51
AIH para analisar auditorias programadas	4.130	3.965	3.455	2.777	14.327
Total 3º Quadrimestre	9.339	8.390	7.749	7.138	32.616

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS



Glossário

Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS): Termo empregado pelo art. 198, § 2º, da Constituição Federal, para indicar que o município deve empregar nessas ações um percentual mínimo das receitas de impostos e transferências. Esse percentual deve ser fixado em Lei Complementar e, como esse diploma legal ainda não foi editado, prevalece o percentual de 15% estabelecido pelo art. 77, III, do ADCT.

Administração Direta: Parte da Administração Pública que abrange organizações estatais desprovidas de personalidade jurídica própria, como secretarias, subprefeituras, tribunal de contas etc. Inclui também os fundos especiais geridos por órgão da Administração Direta.

Administração Indireta: Parte da Administração Pública que abrange organizações estatais que possuem personalidade jurídica de direito público ou privado, como fundação, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Arrecadação: Um dos estágios da receita. É o momento em que os contribuintes comparecem perante aos agentes arrecadadores a fim de liquidarem suas obrigações para com o estado.

Atividade: Tipo de ação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, contribuindo para a manutenção da atuação governamental. Ver “ação”.

Autarquia: Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, para exercer, descentralizadamente, atividades típicas do Estado.

Classificação da Despesa Pública: Agrupamento da despesa por categorias. Esse agrupamento é utilizado para facilitar e padronizar as informações que se deseja obter. Pela classificação é possível visualizar o orçamento por Poder, por função de governo, por subfunção, por programa e por categoria econômica.

Classificação da Receita Pública: Agrupamento da receita por categorias. Os modos de classificação podem variar conforme a necessidade e o interesse de quem os estabelece. A classificação básica é estabelecida por Portaria Interministerial baixada periodicamente pela STN e SOF por meio de um Manual de Receitas, cabendo a cada ente da Federação o seu detalhamento para atender às características locais.

Classificação Orçamentária: Organização do orçamento segundo critérios que possibilitam a compreensão geral das funções deste instrumento, propiciando informações para a administração, a gerência e a tomada de decisões. No modelo orçamentário brasileiro são observadas classificações para a despesa e para a receita. Da despesa, as principais são: classificação institucional, classificação funcional e programática, de natureza da despesa e por fonte de recursos; da receita, classificação por natureza de receita e por fonte de recursos.

Classificação por Categoria Econômica: Classificação das receitas e despesas em operações correntes ou de capital, objetivando propiciar elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público.

Cobertura Orçamentária: Dotação orçamentária para atender despesas autorizadas na lei orçamentária.

Contingenciamento: Procedimento empregado pela Administração Pública para assegurar o equilíbrio orçamentário, ou seja, assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos.

Convênio: Instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de programas de trabalho ou de eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Despesa Corrente: Categoria de classificação da despesa que se desdobra em despesa de custeio e transferência corrente; destina-se a promover a execução e a manutenção da ação governamental e não contribui diretamente para aumentar a capacidade produtiva da economia.

Despesa de Capital: Categoria de classificação da despesa que se desdobra em investimento, inversão financeira e transferência de capital; tem por propósito formar e/ou adquirir um bem de capital de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva.

Despesa de Custeio: Aquela necessária à manutenção da ação governamental e à prestação de serviço público, tais como: pagamento de pessoal e de serviços de terceiros, compra de material de consumo e gasto com reforma e conservação de bens móveis e imóveis.

Despesa de Exercícios Anteriores – DEA: As relativas a exercícios encerrados, para as quais existia crédito próprio e dotação suficiente nos respectivos orçamentos, mas que não foram processadas na época devida.

Despesa Empenhada: Valor do orçamento público formalmente reservado (pela emissão do empenho) para compromissos assumidos com terceiros.

Despesa Executada: Como a realização da despesa pública observa três fases distintas (empenho, liquidação e pagamento), dependendo da análise que se faz, a despesa executada pode corresponder a qualquer um dos três agregados.

Dotação Atual: Valor inicial constante da lei orçamentária mais os valores suplementados menos as reduções realizadas.

Dotação Inicial: Valor inicial constante da lei orçamentária sancionada pelo Prefeito.

Dotação Orçamentária: É o valor monetário autorizado, consignado na lei do orçamento (LOA), para atender uma determinada programação orçamentária.

Emenda: Meio através do qual os membros do Poder Legislativo (individualmente ou através de órgãos colegiados como Comissões ou Bancadas) atuam sobre o projeto de lei orçamentária anual apresentado pelo Poder Executivo, acrescentando, suprimindo ou modificando itens. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual, como proposições legislativas que são, recebem detalhada regulamentação por parte dos regimentos internos das diferentes instituições legislativas e respectivas normas internas complementares que tratam do processo legislativo. A apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária é ocasião de especial relevância na atuação parlamentar, pois, por meio delas os representantes eleitos podem influir na alocação dos recursos públicos em função dos objetivos e compromissos políticos que orientam seu mandato de representação. Os diferentes aspectos da lei orçamentária anual podem ser objeto de emendas: Emendas à Receita (inclusão, exclusão ou modificação em rubrica ou valores da previsão de receita do projeto de lei orçamentária); Emendas à Despesa (inclusão, exclusão ou modificação em rubrica ou valores da autorização de despesas do projeto de lei orçamentária); e Emendas de Texto, relativas a modificações na parte inicial do projeto de lei que contém o texto da mesma (não incluindo portanto os quadros contendo a especificação de receitas e despesas que constituem o cerne da lei orçamentária). Todas as categorias de emendas são objeto de severas restrições quando ao seu conteúdo e objetivos, contidas no artigo 166 da Constituição Federal, nos artigos 12 a 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101, de 04 de maio de 2000) e do artigo 33 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Estágios da Despesa: São as etapas ou operações que as entidades responsáveis pela despesa pública devem realizar ou percorrer para que a mesma seja realizada. Os estágios da despesa são: empenho, liquidação e pagamento.

Estágios da Receita: São as etapas ou operações que as entidades responsáveis pela receita pública devem realizar ou percorrer para que a mesma seja materializada. Os estágios da receita são: lançamento, arrecadação e recolhimento.

Execução Financeira: Utilização dos recursos financeiros visando atender à realização das competências atribuídas às unidades orçamentárias.

Execução Orçamentária da Despesa: Utilização dos créditos consignados no orçamento do ente público e nos créditos adicionais, visando à realização das missões atribuídas às unidades orçamentárias.

Exercício Financeiro: Período definido para fins de segregação e organização dos registros relativos à arrecadação de receitas, à execução de despesas e aos atos gerais de administração financeira e patrimonial da administração pública. No Brasil, o exercício financeiro tem duração de doze meses e coincide com o ano civil, conforme disposto no art. 34 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Fonte de Recursos: Classificação da receita segundo a destinação legal dos recursos arrecadados. As fontes de recursos constituem-se de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias. Entende-se por fonte de recursos a origem ou a procedência dos recursos que devem ser gastos com uma determinada finalidade. É necessário, portanto, individualizar esses recursos de modo a evidenciar sua aplicação segundo a determinação legal. A classificação consiste na definição de um código específico para cada fonte.

Secretaria Municipal da Saúde

Fundo: No sentido orçamentário brasileiro, fundos são instrumentos orçamentários criados por lei para a vinculação de recursos ou conjunto de recursos destinados à implementação de programas, projetos ou atividades com objetivos devidamente caracterizados. A vinculação a um determinado fundo pode atingir apenas os recursos financeiros a serem aplicados ou também um determinado subconjunto do patrimônio (correspondendo, nesse caso, ao conceito contábil de fundo). As condições para a constituição de fundos estão fixadas em diversos incisos e parágrafos do artigo 167 da Constituição: obrigatoriedade de criação por lei e inclusão de todos os fundos no orçamento geral da União; proibição da vinculação de receitas de impostos a fundos; obediência às normas gerais fixadas em lei complementar (aplicáveis, atualmente, os arts. 71 a 74 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964).

Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU: Tributo de competência municipal cobrado anualmente em relação aos imóveis urbanos (prédios e terrenos) localizados no município. Seu valor é apurado pela aplicação da alíquota correspondente sobre o valor venal do imóvel.

Imposto Sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis – ITBI: Tributo de competência municipal incidente sobre as transmissões efetuadas por pessoas vivas, de bens imóveis, a qualquer título, por ato oneroso, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: Tributo de competência municipal incidente sobre as atividades de prestação de serviços realizadas por empresas e pessoas físicas sem vínculo empregatício. Excluem-se as atividades sobre as quais incide o ICMS, de competência estadual.

Investimentos: Grupo de natureza da despesa identificado pelo dígito “4”, que agrupa toda e qualquer despesa relacionada com planejamento e execução de obras, aquisição de imóveis e instalações, equipamentos e material permanente, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Juros e Encargos da Dívida: Grupo de natureza de despesa, identificado pelo dígito “2”, no qual são orçados o adimplemento de juros, comissões, dívida pública mobiliária e despesas com operações de crédito internas e externas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. A LDO, de duração de um ano, define as metas e prioridades do governo para o ano seguinte, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política das agências de desenvolvimento (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, BNDES, Banco da Amazônia, etc.). Também fixa limites para os orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e dispõe sobre os gastos com pessoal. A Lei de Responsabilidade Fiscal remeteu à LDO diversos outros temas, como política fiscal, contingenciamento dos gastos, transferências de recursos para entidades públicas e privadas e política monetária.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. É a Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA): Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. É a lei orçamentária propriamente dita, possuindo vigência para um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos. Para maiores detalhes, ver “Classificação por Esfera Orçamentária”.

Secretaria Municipal da Saúde

Liquidação: Um dos estágios da despesa. É a verificação do implemento de condição, ou seja, verificação objetiva do cumprimento contratual.

Município: Um dos entes da Federação. Não possui soberania, mas possui autonomia nos termos da Constituição. É regido por Lei Orgânica, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Nota de Empenho (NE): Documento que deve ser extraído para cada empenho. Deve indicar o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Operação de Crédito: Obtenção de créditos mediante empréstimos pela administração pública, com o objetivo de cobrir os déficits orçamentários e financiar seus projetos e atividades.

Orçamento Público: Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum. No modelo brasileiro, compreende a elaboração e execução de três leis – o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA) – que, em conjunto, materializam o planejamento e a execução das políticas públicas de cada ente da Federação.

Ordenador da Despesa: Autoridade de cujos atos resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos, pelos quais responda.

Pagamento: Um dos estágios da despesa. É a emissão do cheque ou ordem bancária em favor do credor. A classificação da despesa em estágios tem natureza teórica ou doutrinária (ainda que as etapas de empenho, liquidação e pagamento estejam bem individualizadas na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964), o que faz com que existam ligeiras diferenças na literatura técnica sobre detalhes em sua conceituação ou aplicação.

Pessoal e Encargos Sociais: Grupo de natureza da despesa (GND) 1 que inclui a despesa com o pagamento pelo efetivo serviço exercido de cargo/emprego ou função no setor público, quer civil ou militar, ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador. Ver “Grupo de Natureza da Despesa”.

Plano Plurianual: Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. Estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato executivo, abrangendo até o primeiro ano do mandato seguinte. Está previsto no art. 165 da Constituição Federal.

Prestação de Contas: Demonstrativo organizado pelo próprio agente, entidade ou pessoa designada, acompanhado ou não de documentos comprobatórios das operações de receita e despesa, os quais, se aprovados pelo Ordenador de Despesa, integrarão a sua tomada de contas; é também o levantamento organizado pelo Serviço de Contabilidade das entidades da Administração Indireta, inclusive das Fundações instituídas pelo Poder Público.

Previsão da Receita: Cálculo provável do comportamento da receita, mediante a utilização de métodos estatísticos, observações diretas e outros instrumentos. Etapa importante, pois a lei orçamentária “estima a receita e fixa a despesa”.

Princípios Orçamentários: Regras que cercam a instituição orçamentária, visando a dar-lhe consistência, principalmente no que se refere ao controle pelo Poder Legislativo. Os principais são: universalidade, unidade, exclusividade, especificação, periodicidade, autorização prévia, exatidão, clareza, publicidade, equilíbrio e programação.

Secretaria Municipal da Saúde

Processo Orçamentário: Compreende as fases de elaboração e execução das leis orçamentárias – PPA, LDO e LOA. Cada uma dessas leis tem ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Projeto: Tipo de ação destinada a alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental. Ver “ação”.

Proposta Orçamentária: No caso do Município, materializa o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores. É o projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo, contendo a estimativa da receita e a fixação da despesa para determinado exercício financeiro. Depois de aprovada pelo Legislativo, sancionada pelo Prefeito e publicada na imprensa oficial, converte-se na lei orçamentária anual. Nos termos da Constituição, a proposta orçamentária deve observar as disposições do Plano Plurianual em vigor, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício.

Receita Corrente: Receitas que aumentam somente o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período compreendido pela lei orçamentária anual. São compostas por receitas derivadas e originárias, das quais não resulta contraprestação financeira por parte do Estado. Corrente significa transferência de recursos do setor privado para o setor público. Compreende os seguintes grupos: tributária, de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes, outras receitas correntes.

Receita de Capital: Receitas que alteram o patrimônio duradouro do Estado. Compreende as receitas provenientes da conversão de bens e direitos em espécie, do recebimento de amortizações de empréstimos anteriormente concedidos, da contratação de empréstimos a longo prazo, de transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado para custear despesas de capital.

Receita Orçamentária: Valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11 da Lei nº 4.320/64.

Receita Própria: As arrecadações pelas entidades públicas em razão de sua atuação econômica no mercado. Estas receitas são aplicadas pelas próprias unidades geradoras, em geral autarquias, fundações, fundos e empresas públicas.

Secretaria Municipal da Saúde

Receita Pública: A Receita Pública pode ser vista sob diversas óticas: 1 - a entrada de recursos que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto como elemento novo e positivo; 2 - toda arrecadação de rendas autorizadas pela Constituição Federal, leis e títulos creditórios à Fazenda Pública; 3 - conjunto de meios financeiros que o Estado e as outras pessoas de direito público auferem, livremente e sem reflexo no seu passivo e podem dispor para custear a produção de seus serviços e executar as tarefas políticas dominantes em cada comunidade. Em sentido restrito, receitas são as entradas que se incorporam ao patrimônio como elemento novo e positivo; em sentido lato, são todas quantias recebidas pelos cofres públicos, denominando-se entradas ou ingressos. Nem todo ingresso constitui receita pública; o produto de uma operação de crédito, por exemplo, é um ingresso, mas não é receita nessa concepção porque, em /contraposição à entrada de recursos financeiros, cria uma obrigação no passivo da entidade pública; 4 - no sentido de caixa ou contabilístico, são receitas públicas todas e quaisquer entradas de fundos nos cofres do Estado, independentemente de sua origem ou fim; 5 - no sentido financeiro ou próprio, são receitas públicas apenas as entradas de fundos nos cofres do Estado que representem um aumento do seu patrimônio. Outra maneira de definir a receita pública é considerar que, para que exista uma receita pública, é necessário que a soma de dinheiro arrecadada seja efetivamente disponível, isto é, que possa, em qualquer momento, ser objeto dentro das regras políticas e jurídicas de gestão financeira, de uma alocação e cobertura de despesas públicas; 6 - de acordo com o Regulamento Geral de Contabilidade Pública, a receita pública engloba todos os créditos de qualquer natureza que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis gerais e especiais, de contratos e quaisquer títulos de que derivem direitos a favor do Estado.

Receita Tributária: Envolve os tributos na conceituação da legislação tributária: impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Receita Vinculada: Receita arrecadada com destinação específica estabelecida na Constituição Federal e demais legislações, destinada a determinado setor, órgão ou programa. Se a receita vinculada é instrumento de garantia de recursos à execução do planejamento, por outro lado, o aumento da vinculação introduz maior rigidez na programação orçamentária.

Regime de Caixa: Modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

Regime de Competência: Modalidade contábil que considera os fatos contábeis ocorridos durante o exercício para fins de apuração dos seus resultados.

Regime Misto: Modalidade conceitual estabelecida pela Lei nº 4.320/64, art. 35, Título IV - Do Exercício Financeiro, que determina para a execução orçamentária, a combinação do Regime de Caixa para as receitas, ou seja, a realização dessas após o efetivo impacto nas disponibilidades financeiras e o Regime de Competência para a despesa, reconhecendo-a em momentos diferentes, quais sejam: 1- a obrigação em potencial ocorre no primeiro estágio, denominado empenho da despesa e que resulta em potencialidade passiva; 2- a obrigação real que ocorre no segundo estágio consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos hábeis que sustentam a efetiva realização da despesa correspondente (fase da liquidação).

Secretaria Municipal da Saúde

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO): Documento que a Prefeitura é obrigada a publicar no mês seguinte ao final de cada bimestre, compreendendo os Poderes Executivo e Legislativo, contendo os dados do balanço orçamentário, das receitas realizadas e por realizar, atualizadas, das despesas autorizadas, realizadas e saldos; apuração da receita corrente líquida e das receitas previdenciárias, os resultados nominal e primário; as despesas com juros da dívida pública. O relatório do último bimestre deve apresentar, ainda, dados do cumprimento do art. 167, III, da Constituição, das projeções atuariais do regime próprio de previdência social e da aplicação das receitas de alienação de ativos. (LRF, arts. 52 e 53).

Restos a Pagar: Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

Sistema Único de Saúde – SUS: Conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta, indireta e fundacional, destinados ao público em geral.

Suplementação: Aumento de recursos por crédito adicional, para reforçar as dotações que já constam na lei orçamentária.

Tributo: Receita instituída pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições de melhoria, nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira. A Constituição de 1988 colocou as contribuições sob o mesmo regime constitucional dos tributos em geral, às quais são aplicadas as normas gerais de legislação tributária e os princípios da legalidade, irretroatividade e anterioridade.

Unidade Orçamentária: Entidade da administração direta, inclusive fundo ou órgão autônomo, da administração indireta (autarquia, fundação ou empresa estatal) em cujo nome a lei orçamentária ou crédito adicional consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. Constituem desdobramentos dos órgãos orçamentários.

Fonte Glossário (parte das definições, maio de 2018):

<http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/uploads/glossario.pdf>